

Opinião do GLOBO

Sigilo de dados no governo Bolsonaro atinge nível absurdo

Caso dos pastores no Planalto é só o mais recente. Recusa em fornecer informações se tornou contumaz

De que o presidente Jair Bolsonaro tem medo? Por que faz tanto esforço para esconder suas ações? Desde a campanha de 2018, Bolsonaro não perde a oportunidade de acusar seus opositores de corruptos. É comum declarar que seu governo é honesto. Diante de qualquer suspeita, porém, usa todos os instrumentos ao seu dispor para evitar o escrutínio público.

Exemplo mais recente aconteceu nesta semana. O GLOBO solicitou, por meio da Lei de Acesso à Informação, a relação das entradas e saídas no Palácio do Planalto dos dois pastores lobistas investigados pela Polícia Federal por suspeita de corrupção no Ministério da Educação. Em resposta, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), comandado pelo ministro Augusto Heleno, disse que não atenderia à solicitação, sob o pretexto descabido de que poderia pôr em risco a vida do presidente da República e de seus familiares. Questionado numa rede social se tinha algo a esconder, Bolsonaro respondeu: "Em 100 anos [você] saberá". Só depois da reação contrária, o GSI forneceu os dados das visitas ao GLOBO. Infelizmente, é pouco.

Essa foi apenas a última ocorrência de um comportamento contumaz no governo Bolsonaro. No último ano do governo Temer, 2018, o GSI pôs 11 documentos sob sigilo. Pois logo no ano seguinte, o primeiro de Bolsonaro na Presidência e de Heleno à frente do GSI, 255 foram classificados como secretos ou reservados, média de um a cada dia útil. Em 2020, a média foi de 13 por mês (os dados de 2021 ainda estão incompletos).

O recurso ao sigilo não tem sido usado apenas em casos de suspeita de irregularidades. É subterfúgio frequente para favorecer o presidente em temas caros a sua agenda política, como a gestão da pandemia ou as articulações de seus filhos. Aparentemente na falta de algo mais estratégico para fazer, o GSI concedeu, no ano passado, sigilo de cem anos até à carteira de vacinação e aos testes de Covid-19 de Bolsonaro.

Diversos outros órgãos do governo federal têm usado do mesmo expediente. O Exército negou acesso do GLOBO ao processo administrativo que absolveu o general Eduardo Pazuello, então ministro da Saúde, pela participação em ato político ao lado de Bolsonaro no Rio em maio do ano pas-

sado. Pazuello acompanhou Bolsonaro sem antes pedir o aval do Alto-Comando, como estabelece o regulamento interno da Força. Com a desculpa de que o documento continha informações pessoais, o Exército impôs sigilo de cem anos. O mesmo prazo foi concedido pela Secretaria-Geral da Presidência a informações sobre os crachás dos filhos de Bolsonaro que dão acesso ao Palácio do Planalto. A Advocacia-Geral da União (AGU) chegou a recriar um absurdo "sigilo eterno" para negar acesso a documentos das Forças Armadas da época do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. E o Planalto faz o que pode para manter em segredo seus gastos com cartão corporativo.

A Constituição garante acesso a informações e estabelece a publicidade como norma-padrão. Desde 2011, a Lei de Acesso à Informação permite maior transparência e fiscalização por meio de regras que valem para todo órgão público e cidadão. No mínimo, as tentativas de burlar a legislação traduzem o espírito antidemocrático deste governo. O caso dos pastores do MEC levanta a suspeita de que haja também outros motivos para tanto sigredo.

É preciso interromper a tragédia humanitária na terra ianomâmi

Garimpo ilegal tem levado destruição, doenças e violência às comunidades indígenas

São contundentes as conclusões do relatório da Hutukara Associação Yanomami sobre os efeitos nocivos do garimpo ilegal na maior reserva do país, que reúne cerca de 30 mil indígenas numa área de 9 milhões de hectares entre Amazonas e Roraima. Como mostrou O GLOBO, em apenas um ano (de 2020 a 2021), a devastação cresceu 46%, maior taxa desde a demarcação das terras ianomâmi em 1992. A destruição, evidenciada pelas crateras no meio da floresta e pelos rios contaminados com mercúrio, pode ser a ponta mais visível, mas não é a única tragédia. Com o desmatamento, forasteiros levam doenças, violência, drogas e terror.

Segundo o relatório, as aldeias enfrentam uma explosão de casos de malária —em algumas regiões, o aumento foi de mais de 1.000% em dois anos. Comida é outro problema crônico. Estudos mostram que 60% das crianças estão desnutridas. No fim do ano passado, imagens de crianças ianomâmi

com as costelas à mostra chocaram o mundo. A situação é agravada pela estrutura precária de saúde e pelas grandes distâncias que separam as aldeias dos postos de atendimento médico.

Estima-se que existam 20 mil garimpos ilegais nas terras ianomâmi, sob vista grossa dos órgãos ambientais. Nesse cenário sem lei, os indígenas se tornam presas fáceis de esquemas criminosos. Há relatos de aliciamento de menores, abuso sexual de mulheres e crianças e oferecimento de drogas e bebidas alcoólicas aos indígenas. De acordo com a Hutukara, ao menos três crianças já foram mortas depois de ser abusadas por garimpeiros ilegais.

Não surpreende que a violência impera nesse ambiente de anomia. Na segunda-feira, um conflito entre indígenas numa área de garimpo dentro da terra ianomâmi deixou dois mortos (um indígena e um garimpeiro) e cinco feridos. Segundo relatos, índios tereis, apoiados por garimpeiros, invadiram a aldeia pixanehabi, contrária à exploração mineral na reserva. Seria incorreto dizer que o Ibama

e a Polícia Federal não agem. Na terça-feira, foi deflagrada a Operação Escudo de Palha, para combater o desmatamento ilegal numa comunidade indígena de Mato Grosso. Mas essas ações esporádicas são insuficientes. Além disso, são notórios o desmonte da fiscalização ambiental e a falta de empenho do governo para enfrentar madeireiros, grileiros e garimpeiros ilegais. Infelizmente, a sinalização que emana do Palácio do Planalto é outra.

Durante uma pajelança no Ministério da Justiça no mês passado, o presidente Jair Bolsonaro foi condecorado com a Medalha do Mérito Indigenista, concedida pela Funai "pelos serviços relevantes relacionados com o bem-estar, a proteção e a defesa das comunidades indígenas". Bolsonaro foi um dos 26 agraciados, entre os quais estavam dez integrantes do primeiro escalão do governo. Para fazer jus à homenagem, presidente e ministros poderiam se esforçar para interromper a tragédia humanitária que se abate sobre os ianomâmi e envergonha o país.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniaos/
cartas@oglobo.com.br

VERA MAGALHÃES



blogs.oglobo.globo.com/vera-magalhaes
vera.magalhaes@oglobo.com.br



Holofotes sobre os segredos de Jair

Jair Bolsonaro gosta de esconder segredos sobre seu governo. Amante confesso de ditaduras e outros regimes autocráticos, o presidente brasileiro resolveu, desde que assumiu, revogar na marra artigos da Constituição sobre a publicidade de atos da administração pública e a Lei de Acesso à Informação.

É preciso um "revoação" dos atos inconstitucionais que, em vários órgãos, decretam sigilo de até cem anos em toda sorte de informação relevante que, por ser pública, tem de estar acessível.

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI), chefiado pelo general Augusto Heleno, tem sido a casa das máquinas da tentativa de Bolsonaro de evitar que atos seus, dos filhos e de auxiliares ganhem a luz.

Nada melhor para garantir transparência a um regime opaco como o de Bolsonaro que aumentar a carga dos holofotes. Diante da publicação das justificativas inacreditáveis para a recusa em fornecer ao GLOBO a lista com todas as vezes em que os pastores lobistas do MEC, Gilmar Santos e Arilton Moura, foram ao Planalto, Heleno teve de retroceder e entregar ao jornal aquilo que é do público por lei.

Mas esse não era um episódio isolado de tentativa de negar informações. Desde os gastos com cartão de crédito da Presidência, passando pelo cartão de vacina de Bolsonaro (!), a ordem nessa gestão é manter tudo o possível trancafiado nos porões, se der por até cem anos, para que nem a História possa fazer o justo registro de uma das épocas mais pródigas em retrocessos que o país já viveu.

Não é só o gosto pela escuridão que dita esta política. Claramente existe muito a esconder. Agora que o jogo de esconde-esconde acabou, descobrimos que um dos pastores esteve nada menos que 35 vezes no Planalto, enquanto o outro por lá passou em dez ocasiões. Segundo o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, havia um "pedido especial" de Bolsonaro para atender prioritariamente aos dois chefes religiosos na liberação de verbas na pasta.

O acesso regular de Carlos e Jair Renan Bolsonaro ao palácio, que o general Heleno também se prontifica a manter longe da vista do público, não se deve a saudades do papai, mas à necessidade de construir a partir do Planalto a rede da campanha à reeleição dele, no caso do filho Zero Dois, e de tráfico de influência junto a empresários, no caso do Zero Quatro.

Essas informações são relevantes e urgentes, pois delas dependerá uma série de iniciativas para investigações já requeridas —algumas andando a passos lentos, a contragosto do procurador-geral da República, outras simplesmente abafadas, por obra e graça deste ou do Congresso. A Lei de Acesso à Informação (LAI), um marco na transparência de dados no Brasil, completou dez anos em novembro de 2021. Ela faculta a qualquer cidadão o direito de solicitar informações aos três Poderes e exige destes a prestação ágil e objetiva dessas informações.

Desde que assumiu, Bolsonaro investe de forma calculada na redução da transparência alcançada com esse e outros institutos legais. Em recente viagem presidencial à Rússia e à Hungria, o governo alugou trituradoras de documentos. Para quê? Quem regulamentar o tipo de papéis que podem ser destruídos numa viagem oficial? A opacidade vai se tornando regra, de forma que esses episódios passem batidos.

As desculpas para decretar sigilo de cem anos a informações que têm de estar ao alcance de todos são as mais estapafúrdias. Tanto que nem Heleno conseguiu segurar o rojão. Cabe ao Supremo julgar de forma sistemática as várias representações que há contra medidas dessa natureza, reiterar o princípio constitucional da publicidade e que a LAI continue em pleno vigor.

Não pode ficar para depois da eleição, pois o escrutínio do eleitor em outubro tem de se dar de posse de todas as informações sobre o que se praticou nos gabinetes do poder com o dinheiro público.

As desculpas para decretar sigilo de cem anos a informações que têm de estar ao alcance de todos são as mais estapafúrdias

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Inácio Marinho

O GLOBO

é publicado pela Editora Globo S/A.

DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghbi Kachar

DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp

EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora),

Alessandro Alvim, André Miranda, Flávia Barbosa, Luiza Baptista

e Paulo Celso Pereira

EDITORA EXECUTIVA DO IMPRESSO: Fernanda Godoy

EDITOR DE OPINIÃO: Helio Guruvitz

Rua Marquês de Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ CEP 20.230-240 - Tel.: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

EDITORES

Política: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br

Brasil: Carla Rocha - carla.rocha@oglobo.com.br

Rio: Fábio Gusmão - fabio.gusmao@oglobo.com.br

Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br

Mundo: Claudia Aertunus - claudia.aertunus@oglobo.com.br

Saúde: Adriana Dias Lopes - adriana.diaslopes@oglobo.com.br

Segundo Caderno: Gabriela Goulart - gabriela@oglobo.com.br

Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br

Fotografia: André Sarmento - andresarmento@oglobo.com.br

Capa do site: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br

Acesso e Qualificação: William Helal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS

Boa Viagem: Marcelo Balbino - balbino@oglobo.com.br

Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br

Ela: Marina Casuso - marinas@oglobo.com.br

Balneario: Milton Calmon Filho - milton@oglobo.com.br

SUCURSAS

Brasil: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsz.oglobo.com.br

São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@oglobo.com.br

(preço de segunda a domingo)

para RJ, MG, SP e ES: R\$ 344,90

(O Globo não faz cobranças em domicílio)

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

www.portaldoassinante.com.br ou pelos

telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)

0800-0218433 (demais localidades)

WhatsApp: 21 4002 5300

Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL

com débito automático no cartão de crédito,

ou débito automático em conta-corrente

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de noticiário: (21) 2534-5595; Banco de imagens: (21) 2534-5777; Pesquisa: (21) 2534-5201.

PUBLICIDADE: Noticiário: (21) 2534-4330; Classificados: (21) 2534-4333; Jornais de Bairro: (21) 2534-4355; Missas, religiosos e funerais: (21) 2534-4333.

Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5501.

VENDAS EM BANCA

Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R\$ 5,00

Domingos: RJ, SP, MG e ES: R\$ 7,00

Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobrança de multa ou renovação da assinatura. Decisorio qualquer contato a respeito desses temas.

Para ter O GLOBO em seu ponto de venda, escreva para vendasas@oglobo.com.br

FALC COM O GLOBO:

GERAL (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333

Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine



A madeira responsável



Carbon Free

